Democracia representativa: uma análise prática da educação política como forma de mitigação da crise de representatividade e da apatia política no sistema brasileiro

Márcio Patrício Pereira¹

Ciro di Benatti Galvão²

RESUMO

O presente trabalho justifica-se pela necessidade de haver um debate sobre o sistema representativo brasileiro. A pesquisa tem por objetivo principal a melhoria do sistema representativo e, como fim último, o fortalecimento da democracia. A fim de alcançar esse objetivo, o artigo traz como objetivos específicos a análise de termos-chave tais como representatividade, apatia política, democracia e povo. Além disso, utiliza a análise de um programa de educação política fornecido pela plataforma *online* *POLITIZE!*, chamado EMBAIXADORES. O marco teórico utilizado foi Friederich Müller, em seu trabalho *Quem é o povo? A questão fundamental da democracia*, em que o autor analisa o Povo numa visão jurídica, demonstrando que esse termo não é estanque e muito menos fácil de compreender, mas sim um termo dinâmico que apresenta facetas importantes aos que se interessem por uma análise aprofundada de uma das bases estatais modernas. A metodologia de pesquisa utilizada foi a pesquisa bibliográfica e análise de caso, demonstrando a intenção prática do estudo por um assunto que tem relevância na nossa vida, já que o sistema representativo é aquele em que os representantes políticos são escolhidos para, de certa forma, ditarem certos rumos, aspectos de nossa vida.

INTRODUÇÃO

A democracia requer um debate aberto, intenso e incansável para sua efetivação. Assim, quando os indivíduos, que estão sob a égide de um Estado, têm efetivos meios de entender e exercer sua voz nas decisões dos mandatários políticos, o Estado navega pelas águas da Constituição.

Na busca para responder à pergunta, se é possível mitigar/desaparecer a crise de representatividade e apatia política do nosso sistema de escolha dos mandatários políticos e, conseqüentemente, aprimorar a democracia, buscou-se uma resposta que mostrasse praticidade, para que, efetivamente, pudesse impactar a vida do cidadão que, às vezes (ou na grande maioria

¹ Graduando do 9º período de Direito do Centro Universitário Presidente Tancredo de Almeida Neves - UNIPTAN

² Orientador do TCC. Mestre e doutorando em direito do Estado. Especialista em direito público. Professor de teoria do estado, direito constitucional e direito administrativo no UNIPTAN.

delas), não conhece o próprio Estado em que vive e não sabe como buscar as ferramentas outorgadas pela Constituição para efetivar os seus direitos e deveres nela consubstanciados.

A proposta para solução ao problema exposto acima foi a de que a educação política, promovida por uma instituição da sociedade civil, pode auxiliar na mitigação da crise de representatividade e de apatia política, trazendo um conhecimento do que é, do que faz e o que pode ou não pode fazer um mandatário político no uso de suas atribuições, além de mostrar quais são alguns meios para que se possa monitorar as decisões tomadas por agentes públicos no exercício de seu mandato.

Como objetivos específicos, este trabalho buscou demonstrar isso de forma a aliar a teoria – explicando conceitos-chave como democracia, povo, crise de representatividade e apatia política – à prática – analisando um programa de educação política oferecido por uma sociedade civil como possível solução ao problema.

Cabe ressaltar que o marco teórico utilizado neste trabalho é o livro *“Quem é o povo? A questão fundamental da democracia”* (2003), do professor Friedrich Müller, no qual ele analisa o conceito Povo e busca explicar-nos sua conceituação jurídica/real, para que aquele conceito não se torne apenas retórico, como muito se faz hodiernamente.

No tocante à metodologia, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, a partir da qual os conceitos supracitados foram explicados em consonância com os objetivos deste trabalho. Além disso, há um estudo de caso, por meio de depoimentos recolhidos do site POLITIZE!. A análise destes é feita com o objetivo de ligá-los aos resultados obtidos com a pesquisa bibliográfica.

O presente trabalho não esgota, em absoluto, o assunto; mas abre uma possibilidade para melhor representação política e, como último fim, a busca de efetivação da própria democracia.

1 O POVO EM MÜLLER E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA

Na teoria do Estado Moderno, o Povo é tratado como elemento

fundamental de sua formação. Como o Estado é uma criação humana, o mesmo tem de ser formado, necessariamente, por indivíduos que lhe deem vida e continuidade.

A partir disso, deve-se esclarecer que o conceito “povo” se modificou ao longo dos séculos, tendo, por exemplo, na Grécia antiga, uma denotação diferente da utilizada hoje. Àquela época, os indivíduos que agiam politicamente eram os homens possuidores de propriedades; assim, excluía-se mulheres, escravos e metecos (estrangeiros) das decisões da *polis*³.

Em termos jurídicos, a expressão é de difícil definição. Quem são os indivíduos que legitimam as ações do Estado? Friedrich Müller, em seu trabalho “*Quem é o povo? A questão fundamental da democracia*” (2003), argumenta que o povo não pode ser tratado de modo uníssono, e separa esse termo em quatro vertentes: “‘Povo’ como povo ativo”⁴, “‘Povo’ como instância global de atribuição de legitimidade”⁵, “Povo como ‘ícone’”⁶ e “‘Povo’ como destinatário de prestações civilizatórias do Estado”⁷.

Nessa esteira, “‘Povo’ como povo ativo” é a parcela do povo que detêm os direitos eleitorais. Assim, essa ideia de povo, para Müller (2003), é aquela em que os indivíduos podem escolher os seus representantes e candidatar-se a pleitos eleitorais a fim de serem eleitos como representantes de seus pares. Na realidade jurídica brasileira, esta concepção pode ser depreendida do texto constitucional, especialmente do art. 14, *caput*, que prevê que “**a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto**, com valor igual para todos (...)” (BRASIL, 1988, negrito nosso).

³ Em “A ascensão de Atenas”, Anthony Everitt (2019, p. 111) traz que a democracia “(...) Não foi o tipo representativo que caracteriza as sociedades modernas.” já que “(...) houve algumas exclusões importantes. Como foi dito, apenas os adultos em Atenas tinham direito de votar na *ecclesia*. As mulheres foram alijadas do processo político. E havia outros dois grupos representativos que também eram vetados. A cidade atraiu muitos estrangeiros que se estabeleceram na Ática e ganhavam a vida como artesãos e comerciantes; eram os metecos locais. Os atenienses também tinham escravos – cativos de guerra ou comprados no mercado – que não contavam com direitos civis”.

⁴ MÜLLER, 2003, p. 56.

⁵ Id., 2003, p. 59.

⁶ Ibid., 2003, p. 65.

⁷ Ibid, 2003, p. 75.

Mas, segundo Müller⁸, “o povo ativo não pode sustentar sozinho um sistema tão repleto de pressupostos” das atividades e competências de um Estado. Desse modo, uma parcela que detém os direitos eleitorais não pode legitimar todas as ações do Estado, já que a estrutura estatal contemporânea é formada por várias atribuições que regem a vida dos indivíduos. Logo, somente a condição cívico-eleitoral não abarca todas as atribuições de direitos e deveres apregoadas pelas Constituições democráticas hodiernas.

Na vertente “‘Povo’ como instância global de atribuição de legitimidade”, o autor trabalha o pensamento de que o “povo”, além do direito de votar e ser votado, valida as ações do Estado por meio de outros vínculos jurídicos firmados com ele. Quando os representantes eleitos agem de acordo com suas prerrogativas de mandato, suas ações são atos de reconhecimento das escolhas que o povo ativo faz e isso implica no fato de que devem satisfação a respeito do seu comportamento àqueles que os elegeram, de maneira que o próprio contexto estatal deve permitir que haja formas de controle/fiscalização, bem como participação social nas decisões tomadas pelos poderes públicos. Isto posto, para Müller⁹

O povo ativo elege seus representantes; do trabalho dos mesmos resultam (entre outras coisas) os textos das normas; estes são, por sua vez, implementados nas diferentes funções do aparelho de Estado; os destinatários, os atingidos por tais atos são potencialmente todos, a saber, o “povo” enquanto população. Tudo isso forma uma espécie de ciclo [Kreislau] de atos de legitimação (...).

Essa perspectiva do conceito de povo **legitimador das ações de seus prepostos** traz em sua natureza uma competência de controle e outra de fiscalização. Já que os agentes públicos agem em nome dessa parcela, nada mais justo que as ações sejam fiscalizadas para garantir o interesse do indivíduo.

Com este fim, a Constituição e as leis ordinárias brasileiras preveem, por exemplo, ferramentas de participação popular a fim de controlar e fiscalizar as ações dos mandatários políticos.

Em termos constitucionais, pode ser citada a referência ao controle social

⁸ Ibid., 2003, p. 58.

⁹ Ibid., 2003, p. 60.

no âmbito da educação do art. 212-A, X, “d”, e, em termos de legislação ordinária, tem-se a lei sobre a Ação Popular (Lei Federal nº 4.717/65), que prevê, no seu artigo 1º, que

Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista ([Constituição, art. 141, § 38](#)), de sociedades mútuas de seguro nas quais a União represente os segurados ausentes, de empresas públicas, de serviços sociais autônomos, de instituições ou fundações para cuja criação ou custeio o tesouro público haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, de empresas incorporadas ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios, e de quaisquer pessoas jurídicas ou entidades subvencionadas pelos cofres públicos. (BRASIL, 1965, negrito nosso).

Outra característica dessa linha conceitual é a chamada participação-decisão, em que os indivíduos participam diretamente das escolhas de governabilidade, podendo apresentar projetos de lei ao Congresso Nacional, para que, a partir da apresentação de seus interesses ao Poder Legislativo, possam, eventualmente, elaborar leis que lhes correspondam.

A nossa Carta Magna prevê essa hipótese no seu artigo 61, §1º, que afirma que

§ 2º A iniciativa popular [de propor leis] pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, **no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles** (BRASIL, 1988, negrito nosso).

Em síntese, o povo como instância de atribuição de legitimidade tem função tríplice: a) legitimar as ações políticas, porque é desse panorama teórico que emanam os poderes do representante; b) agir como fiscalizador das ações promovidas pelo mandatário, cuja natureza confere esse caráter mobilizador; e c) ser integrado ao processo ou cadeia decisória dos órgãos estatais, como ocorre, por exemplo, com os projetos de lei de iniciativa popular, na busca de promoção de interesses comuns.

Na sequência, Müller¹⁰ trabalha a ideia de “Povo como ‘ícone’”, a única

¹⁰ Ibid., 2003, p. 65.

forma “negativa” do conceito de povo explanada por ele.

Nesse ponto, tem-se uma visão deturpada de povo, cujo conceito é utilizado de forma a legitimar ações que não estão previstas no Estado Democrático de Direito. Em vista disso, os representantes — e aqui colocam-se como representantes todos os indivíduos que têm alguma função estatal, “em nome do povo”, buscam convencer os destinatários de sua mensagem de que a sua ação é correta, mesmo que esta não seja juridicamente suplantada. Em situações extremadas, como a História demonstra, essa utilização do “povo como ícone” trouxe inúmeras violações aos direitos fundamentais, devendo ser atribuída razão a Müller, segundo o qual, “o povo como ícone, erigido em sistema, induz a práticas extremadas”¹¹.

Em síntese, essa faceta de povo o transforma em uma visão abstrata e intocável, que será apenas “massa de manobra” para satisfação de interesses escusos dos detentores de certo poder, transparecendo, portanto, que o comportamento estatal tem legitimidade prévia, antecipada.

A última linha conceitual de povo trabalhada por Müller é “Povo como destinatário de prestações civilizatórias do Estado”¹². Nessa perspectiva teórica, é atribuída ao povo a prerrogativa de **cobrar pretensões** perante o Estado, relativas a direitos que lhe são atribuídos ou reconhecidos. Exemplificando, o art. 205 da Constituição Brasileira prevê que

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, negrito nosso).

Reconhecida tal premissa constitucional, entende-se que a própria Carta Magna dá poder legítimo ao cidadão para cobrar o seu direito à educação proporcionada pelo Estado, podendo fazê-lo pessoalmente (a exemplo da impetração de mandado de segurança para a obtenção de vaga em instituição de ensino da rede básica de educação¹³) ou por intermédio de entidades (a exemplo do Ministério Público e da Defensoria Pública) que, em

¹¹ MÜLLER, 2003, p. 67.

¹² Id., 2003, p. 75.

¹³ Cf. TJ-MG, Apelação cível nº 1.0183.19.002103-4/003, 7ª câmara cível, Rel. Des. Belizário de Lacerda, Dj: 03/12/2019.

seu nome, atuam para que o direito seja respeitado.

1.1 Da aplicação da compreensão de “Povo” em Müller no presente trabalho

A proposta de solução para a problemática do trabalho (apresentada na introdução) está na educação política como meio de transformação do indivíduo que, não se vendo como cidadão, acaba não se importando com quem lhe representa, além de demonstrar desinteresse na fiscalização do comportamento e das decisões dos mandatários políticos, por não ter consciência de que o Estado, como criação humana (como já dito), precisa de indivíduos conscientes de sua importância cívica para que tenha “vida” e continuidade.

Nessa esteira, as vertentes do pensamento do autor apresentadas e discutidas aqui serão o “‘Povo’ como povo ativo”¹⁴ e o “‘Povo’ como instância global de atribuição de legitimidade”¹⁵, de maneira a criar um liame com a análise prática proposta no trabalho referente à iniciativa do Instituto *POLITIZE!*, especificamente por meio do Projeto *EMBAIXADORES*, conforme será visto em tópico próprio.

Levando-se em conta que: a) O “‘Povo’ como povo ativo” é a vertente que escolhe os representantes e fornece candidatos a representantes nos órgãos estatais, tendo diretamente o poder de modificar o cenário de crise de representatividade por intermédio da escolha de mandatários alinhados ao querer constitucional, trabalhando de maneira séria e, inclusive, a partir de comportamentos alinhados com a ética pública; e b) O “‘Povo como Instância de Atribuição de Legitimidade” tem em seus desdobramentos a função fiscalizatória das atividades dos representantes públicos e a de participação-decisão; acredita-se que iniciativas de educação política, como as promovidas pela entidade apontada, sirvam para a obtenção de maior consciência cívica dos cidadãos quanto ao funcionamento do Estado, seja porque ela colabora para o aperfeiçoamento da condição do indivíduo-eleitor, seja porque o

¹⁴ MÜLLER, 2003, p. 55.

¹⁵ Id., p. 59.

capacite - por justamente ter melhor formação cívica, a dispor de mais (e melhores) condições de controlar o comportamento estatal (controle social do interesse público).

1.2 Crise de Representatividade e Apatia Política: conceituação e efeitos no sistema político brasileiro

Herança dos antigos gregos, a democracia é o sistema de governo que, após a subida da burguesia ao poder e a instauração do liberalismo econômico, no século XVIII, estabeleceu-se em muitos Estados do mundo¹⁶. Procurando modos de exercício do poder, afastou-se a ideia de cumulação de poder em um só indivíduo — característica do Antigo Regime — e, por meio do sistema representativo, outorgou-se poder de voto aos indivíduos para a escolha dos mandatários políticos.

O art. 1º da CF/1988, quando declara que “todo poder emana do povo (...)”, traz, em si, o princípio democrático, e o princípio da igualdade é visualizado no o art. 5º, *caput*, da Constituição Brasileira, que diz “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (...)”.

Desse modo, a Constituição de 1988, buscando a efetividade do princípio democrático, instalou, para exercício do poder estatal, o sistema classificado como semidireto, pois “são conjugados o princípio representativo com os institutos da democracia direita (plebiscito, referendo, iniciativa popular)”¹⁷. Assim, a democracia é visualizada com base na escolha por mandatários políticos, a partir do voto – “‘Povo’ como povo ativo”¹⁸ – ou diretamente, na forma como a Constituição de 1988 prevê. Além disso, a ideia democrática também é efetivada quando há a fiscalização dos atos dos mandatários do poder por parte dos indivíduos que se encontram sob sua égide – “‘Povo’ como instância de atribuição de legitimidade”, segundo se depreende do pensamento de Müller (2003).

Ao realizar a leitura do cenário político nacional, percebe-se, no entanto — e, infelizmente —, um significativo desconhecimento por parte da população

¹⁶ INGLEHART, 1993, p. 13.

¹⁷ Op. Cit., p. 93.

¹⁸ MÜLLER, 2003, p. 55.

em geral com relação à Constituição Brasileira e da importância tanto do mecanismo previsto para o exercício do poder da soberania popular¹⁹, como daqueles que promovem uma fiscalização como forma de efetivar os direitos e deveres que a própria Carta Magna determinou. Esse desconhecimento, seja por falta de informação, seja por desinteresse, causa o que se chama crise de representatividade e apatia política.

Wolkmer²⁰, valendo-se do pensamento de Daniel Delgado²¹, encontra seis fatores que explicam a crise de representatividade nas democracias. Tais fatores se efetivam

(a) nos sucessivos descumprimentos dos programas; (b) no fenômeno da corrupção da classe política; (c) no declínio de vastos setores sociais; (d) na complexidade das demandas e na especialização técnica; (e) na crise dos grandes discursos de legitimação e, finalmente, (f) na influência dos meios de comunicação.

Esses aspectos, conjugados ou sós, refletem no comportamento do indivíduo que escolheu um determinado candidato – o “Povo’ como povo ativo”, segundo Müller²² —, não o fazendo sentir-se representado nas estruturas de poder público, pois há uma quebra na confiança depositada pelos eleitores com relação ao representante escolhido.

Esse ponto de inflexão na sociedade resulta, naturalmente, em apatia política, que pode se caracterizar como o desinteresse do cidadão em participar, acompanhar e fiscalizar as tomadas de decisões dos mandatários políticos — e que influenciam diretamente em sua vida.

Desse modo, aqueles que deveriam ser agentes fiscalizadores do poder outorgado pelo voto – “Povo’ como instância de atribuição de legitimidade”, em Müller²³ – demonstram indiferença pelas decisões dos órgãos estatais e, em vez de democracia efetiva, tem-se um sistema que não acolhe os pressupostos elementares para a efetivação de uma democracia real²⁴.

¹⁹ “Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos (...).”

²⁰ WOLKMER, 2001, p. 87.

²¹ Cf. DELGADO, Daniel Garcia. **Estado-nación y globalización**. Buenos Aires: Ariel, 1998. p. 132/134

²² MÜLLER, 2003, p. 55.

²³ Id., p. 59.

²⁴ Ferdinand Lassalle, no livro *¿Qué es una Constitución? (2004)*, chama de “folha de papel” a Constituição que não reflete, nem representa o efetivo poder social. Já que os textos das Constituições evocam o povo como o detentor do poder, estas devem refletir nas suas ações

Na tentativa de mitigar ou de desaparecer com a apatia política, e, conseqüentemente, com a crise de representatividade, torna-se necessária a “criação de novas instituições políticas que integrem novos sujeitos emergentes e que universalizem a estratégia da cidadania participativa”²⁵. Associe-se a tais iniciativas a sua vinculação à própria ideia de educação como mecanismo instrutivo de maneira ampla.

Nessa esteira, a nossa Constituição, no seu artigo 205, prevê que

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Dever do Estado, em colaboração com a sociedade, a educação formal pode e deve ser complementada com ações que, além de ensinar o básico educacional, ensine também os indivíduos a formar consciência em torno da importância da sua atuação na esfera política, como votar de forma consciente — “‘Povo’ como povo ativo”, em Müller (2003) —, e fiscalizar as ações estatais — “‘Povo’ como instância de atribuição de legitimidade, do mesmo autor -, constituindo-se, assim, uma democracia em consonância com o conceito do pensamento contemporâneo trabalhado acima.

Assim sendo, a educação política, promovida pela plataforma *POLITIZE!*, por meio do programa *EMBAIXADORES*, é uma possível solução para esses males que se enraizaram na democracia brasileira. As supracitadas “novas instituições políticas que integrem novos sujeitos emergentes”²⁶ formam, assim, indivíduos com consciência do papel de cidadãos e alinhados com o querer constitucional por meio da ferramenta de escolha dos mandatários políticos – majoritariamente o voto – e os mecanismos de fiscalização abarcados por ela.

Cabe ressaltar que esses “novos sujeitos emergentes”, trabalhados aqui, não procuram mudar radicalmente o modelo de representação já instituído, mas transformá-lo, aprimorá-lo por meio de uma “nova cultura política, fundada na participação dos sujeitos coletivos emergentes,

as garantias nelas consubstanciadas.

²⁵ WOLKMER, 2001, p. 90.

²⁶ Op. Cit., p. 90.

corporificados de uma cidadania comunitária”²⁷.

1.3 Enquadramento jurídico da Plataforma *POLITIZE!* – Programa *Embaixadores*

A Constituição brasileira de 1988 permitiu a liberdade de associação para fins lícitos, de forma plena, no seu artigo 5º, XVII. Além disso, no inciso XVIII, do mesmo artigo, o legislador constituinte vedou a interferência estatal no seu funcionamento. Permitida constitucionalmente, tratou o Código Civil de regular as suas atividades, entre os artigos 53 e 61.

As associações são formadas pela “união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”²⁸. A *POLITIZE!* é uma associação privada, sem fins lucrativos, formada na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, no ano de 2015²⁹ e tem como missão, segundo o próprio *site* institucional “(...) formar uma geração de cidadãos conscientes e comprometidos com a democracia.” Essa plataforma *on-line* possui alguns projetos que levam educação política à população. Para este trabalho, o projeto “EMBAIXADORES” constitui-se como a hipótese para a solução do problema apresentado, qual seja, busca identificar como diminuir ou mitigar a crise de representatividade e apatia política no cenário nacional atual.

1.3.1 Da descrição do Programa *Embaixadores* – Regulamento

²⁷ Op. Cit., p. 90.

²⁸ Art. 53. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 27 jan. 2021.

²⁹ Dados da plataforma:

- CNPJ: 21.940.227/0001-97

- *POLITIZE!* - INSTITUTO DE EDUCACAO POLITICA

- 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

endereço eletrônico: contato@politize.com.br

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral. Disponível em:

<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp>. Acesso em: 27 jan. 2020

De acordo com o próprio regulamento do programa “EMBAIXADORES”, seu objetivo é “(...) levar educação política para qualquer pessoa em qualquer lugar”³⁰.

Antes de entrar em detalhes, cabe uma visualização rápida dos pontos mais importantes na estruturação e na logística do programa de seleção e do curso do programa “EMBAIXADORES”.

A *POLITIZE!* promove, uma vez por ano, um processo seletivo para a participação no programa “EMBAIXADORES”, que, segundo o seu regulamento, é composto por três etapas: (i) Inscrição e seleção dos(as) candidatos(as); (ii) Formação dos(as) candidatos(as); (iii) Realização e acompanhamento das atividades³¹.

O requisito para a participação do programa é contar com 16 anos ou mais – indivíduos que se encontrem com idade entre 16 e 17 anos dependem de Termo de Responsabilidade assinado por pais ou responsáveis³². Além disso, os candidatos que têm intenção de se candidatar em pleitos eleitorais não podem participar do programa – caso o ano do programa coincida com ano eleitoral³³.

Além dos requisitos acima, também são parte dos documentos de inscrição os seguintes itens: (i) histórico acadêmico e profissional do(a) candidato(a); (ii) disponibilidade para o voluntariado; (iii) identidade política, contendo Formulário de vinculação e posicionamento político-partidário – este formulário busca somente verificar “(...) conhecimento prévio”, além de “buscar diversidade de pensamento entre os(as) Embaixadores(as).” e o posicionamento dos inscritos “(...) não será critério de eliminação na seleção”³⁴.

Preenchidos os requisitos para o processo seletivo, o candidato fará a

³⁰ REGULAMENTO PROGRAMA EMBAIXADORES POLITIZE 2020. Programa de Embaixadores Politize!, Florianópolis, 30 jan. 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1HSrddtcDRj9zZmxdrGQMlb8Vh_xldmLH/view>. Acesso em: 14 jan. 2021.

³¹ REGULAMENTO PROGRAMA EMBAIXADORES..., 2020, p. 3.

³² Ibid., p. 5.

³³ Ibid., p. 6.

³⁴ Op. Cit., p. 6.

prova escrita de seleção na data determinada pela *POLITIZE!* e, caso seja selecionado para o curso, deverá comprometer-se a estudar o curso oferecido de forma *online* e, “voluntariamente, organizar ações para disseminar o conteúdo do Politize! em sua cidade/região de origem”³⁵.

No curso, os alunos serão denominados “Multiplicadores(as) Politize!” e, caso consigam atingir destaque no sistema de avaliação no programa, serão denominados “Educadores Politize!”³⁶. Caso os “Educadores(as) Politize!” alcancem pontuação pré-determinada no sistema de avaliação do programa se tornarão “Embaixadores(as) Politize!” e poderão: (i) Fundar uma Embaixada Politize! no seu município; (ii) Participar como Membro Politize! em uma Embaixada a ser fundada no seu município³⁷.

Há no regulamento da “POLITIZE!” dois cenários: (i) já há, na cidade do candidato, uma Embaixada “POLITIZE!”; e (ii) não há Embaixada na cidade do candidato ao programa.

No primeiro caso, os candidatos a Embaixadores(as) “integrarão um banco de dados específico para participar do curso de formação política na Embaixada local”³⁸, e, no segundo, poderá fundar uma Embaixada no seu município e oferecer o curso de formação política à população local.

1.3.2 Do Curso de Educação Política e do Código de Ética Embaixadores Politize!

Visualizado como funciona o processo seletivo para se tornar “Embaixador(a) Politize!”, cabe agora, por meio do “Código de Ética Embaixadores Politize!”, descrever a atuação do Embaixador(a) no curso e na realização das atividades do curso e da Embaixada.

Segundo o próprio código de ética³⁹:

O programa Embaixadores Politize! tem **como objetivo formar**

³⁵ Op. Cit., p. 6.

³⁶ REGULAMENTO PROGRAMA EMBAIXADORES..., 2020, p. 3.

³⁷ PARA TRANSFORMAR A DEMOCRACIA seja um(a) embaixador(a). **Programa de Embaixadores Politize!**, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/16fbVQISWV-u7DTBjAZ_gnkKgtiOQIDVu/view>. Acesso em: 9 jan. 2021.

³⁸ Ibid., p. 9.

³⁹ Ibid., p. 4, negrito nosso.

lideranças por meio da aplicação de atividades de conscientização política e fortalecimento dos princípios democráticos, estando ancorado na missão organizacional: “Formar uma nova geração de cidadãos conscientes e comprometidos com a democracia”.

Portanto, quando o programa se apresenta com o objetivo de “formar lideranças por meio da aplicação de atividades de conscientização política e fortalecimento da democracia”, vai ao encontro do que se propõe neste trabalho: buscar a mitigação ou o desaparecimento da crise de representatividade e apatia política pela educação política, mediante estímulo da participação-cidadã, inclusive por intermédio da sociedade civil organizada.

Dialogando com o marco teórico, o programa “Embaixadores Politize!” busca ampliar o conhecimento da população em geral em assuntos políticos e prepara o indivíduo para exercer o seu papel mais proativo dentro do Estado.

Resgatando o pensamento de Muller sobre o “Povo Ativo”⁴⁰ (parcela da população dentro do Estado que pode votar e ser votada) e o “Povo como Instância de Atribuição de Legitimidade”⁴¹ (em sua função fiscalizadora, exercendo o papel de vigia dos atos dos mandatários que foram eleitos por meio de sufrágio universal), pode-se dizer que o programa POLITIZE! traz a possibilidade de auxiliar na educação política da parcela social que exerce essas funções (votar/ser votada e zelar pelo bem público), ampliando seu conhecimento por meio de curso que promove a atuação do Embaixador(a), se fundamentado nos princípios democráticos⁴²: (i) respeito aos grupos minoritários, visões ideológicas e classes sociais; (ii) garantia de liberdades civis e de expressão; (iii) respeito às instituições democráticas; (iv) respeito aos líderes políticos; (v) liberdade de formar e aderir a organizações; (vi) direito de votar e ser votado(a); (vii) apoio a eleições livres, frequentes e idôneas; e (viii) direito de elegibilidade a cargos públicos.

Vista a parte teórica do trabalho, cabe indagar: na prática, há relevância do curso “Embaixadores Politize!”? O curso realizou seu objetivo de “(...) levar educação política para qualquer pessoa em qualquer lugar” e, mais ainda: essa educação promoveu algum impacto na vida dos indivíduos que fazem

⁴⁰ MULLER, 2003, p. 55.

⁴¹ Op. Cit., p. 55.

⁴² REGULAMENTO PROGRAMA EMBAIXADORES..., 2020, p. 4.

parte das duas vertentes do pensamento de Müller (2003), trabalhadas aqui? Serão analisados depoimentos retirados do *site* institucional da *POLITIZE!* para responder a essas perguntas.

1.3.3 Análise de depoimentos do programa Embaixadores Politize!

Conforme mencionado no tópico anterior, passa-se agora à análise de alguns depoimentos de pessoas que participaram do programa Embaixadores Politize! a fim de reforçar a hipótese do trabalho.

Para a análise dos depoimentos, usar-se-á uma interpretação semântica, buscando ligar a leitura dos mesmos com as vertentes de povo trabalhadas por Müller (2003) e, assim, fortalecer o argumento de que a educação política pode auxiliar na mitigação da crise de representatividade e da apatia política instaladas na nossa democracia e, como finalidade última, fortalecê-la.

Como citado acima, a hipótese do trabalho é a mitigação da crise de representatividade – visualizada como o sentimento de não se ver representado nos órgãos estatais – e apatia política – aqui tratada como o decaimento natural da representação política em desinteresse dos indivíduos nas decisões institucionais - por meio da educação política promovida pela Politize! com o programa Embaixadores.

Em um dos depoimentos retirado dos *site Politize!*, tem-se que

O Politize! tem me mostrado que não estou sozinha quando penso que podemos sonhar com um país mais justo para todos e todas. Levar educação política para os cidadãos pernambucanos, principalmente os mais vulneráveis, tem sido uma experiência realmente transformadora, porque fazemos com que essas pessoas percebam que elas fazem parte da sociedade e do governo, e que podem participar ativamente das decisões - e isso é revolucionário. (M.B.F. 2020)

Já, em um outro depoimento, tem-se que

O Politize! para mim foi uma experiência única e diferenciada, em que eu pude aprender e ao mesmo tempo passar o conhecimento para outras pessoas. E isso me abriu portas e novos horizontes, comecei a dar palestras e interagir com pessoas inclusive de outros Estados, por meio de bate papos online e participação de coletivos, como o coletivo donzelinha do Estado do Ceará, bem como enriqueceu não só o meu currículo, mas também a minha vida pessoal com conhecimentos aplicáveis no dia a dia. (J.C.M. 2020)

No primeiro depoimento, quando M.B.F diz “Levar educação política para os cidadãos pernambucanos, principalmente os mais vulneráveis, tem sido uma experiência realmente transformadora, **porque fazemos com que essas pessoas percebam que elas fazem parte da sociedade e do governo**” (grifo nosso), percebe-se que seu relato vai ao encontro do papel-cidadão que Müller interpreta da vertente “‘Povo’ Como instância de atribuição de legitimidade”⁴³ em suas duas funções, quais sejam, a função legitimadora e a fiscalizadora.

Com relação à legitimadora, resgatando o pensamento de Muller sobre o Povo Ativo (parcela da população dentro do Estado que pode votar e ser votada) e o Povo como Instância de Atribuição de Legitimidade (em sua função fiscalizadora, exercendo o papel de vigia dos atos dos mandatários que foram eleitos por meio de sufrágio universal), pode-se dizer que o programa POLITIZE! traz a possibilidade de auxiliar na educação política da parcela social que exerce essas funções no pensamento do autor supracitado – (votar/ser votada e zelar pelo bem público), ampliando seu conhecimento por meio de curso que promove a atuação do Embaixador(a), se fundamentado nos princípios democráticos.

Vale mencionar ainda que, quando M.B.F. diz “Levar educação política para os cidadãos pernambucanos, **principalmente os mais vulneráveis**” (grifo nosso), demonstra-se uma acolhida destes à vida política. Denota-se que esses cidadãos estão às margens da sociedade civil e, por isso, justifica-se a extrema importância de (re)inseri-los na vida política.

J.C.M., no segundo depoimento, diz “(...) isso me abriu portas e novos horizontes, (...) bem como enriqueceu não só o meu currículo, mas também a minha vida pessoal com conhecimentos aplicáveis no dia a dia”. Desse depoimento é possível deduzir a pouca educação política nas escolas (ou nenhuma), bem como que o não conhecimento dos indivíduos sobre a estrutura do Estado que fazem parte e a falta de visão crítica para escolha dos indivíduos pelo voto.

Assim, quando o(a) depoente diz que mudou a sua vida pessoal, pode-se abstrair que ele(a) angariou mais conhecimento político e, possivelmente,

⁴³ MÜLLER, 2003, p. 59

irá refletir positivamente na escolha dos mandatários políticos; ou, ainda mais, ele(a) poderá ser um(a) candidato(a) político(a) mais consciente do seu papel na sociedade. Aqui, percebe-se uma correlação direta com o “‘Povo’ como povo ativo”⁴⁴ em Müller, já que essa mudança de visão de mundo dada pelo conhecimento político melhora tanto a escolha dos mandatários políticos alinhados à Constituição, como a si próprio, no sentido de conhecer melhor o seu Estado e, como candidato/mandatário político, faz com que utilize seus poderes outorgados pelo voto com mais consciência.

Observa-se, com os depoimentos acima, uma mudança de visão do indivíduo que participa do programa Embaixadores Politize! no seu papel de cidadão frente ao Estado. Uma mudança que transforma o indivíduo em um sujeito mais atento, mais consciente dos deveres e de direitos e como buscá-los pelas ferramentas que a própria Constituição outorgou.

O programa traz abertura ao diálogo com a sociedade civil, porque busca uma forma de suprir a lacuna deixada pelo Estado na educação formal sobre política; e, como dito anteriormente, é visível, na leitura política nacional, um desconhecimento da população geral sobre temas relevantes que influenciam direta ou indiretamente a vida de cada um.

Quando há oportunidade de participação nas decisões políticas e na fiscalização das decisões feitas pelos mandatários políticos, cria-se um ciclo de legitimidade das ações, pois a participação do indivíduo aproxima-se mais do termo “todo poder emana do povo”⁴⁵, que é a ideia de que o povo comanda o Estado; não se tornando esse termo uma retórica sem valor, mas útil à efetivação dos direitos e deveres consagrados na Constituição.

Desse modo, a educação política, promovida pela plataforma *POLITIZE!* com o programa “Embaixadores”, pode mitigar ou extirpar a crise de legitimidade e apatia política instalada na sociedade. Mesmo que de forma mínima, essa mitigação fortalece o sentimento de pertencimento e participação dos indivíduos nas decisões dos representantes políticos e, por

⁴⁴ Id., p. 55.

⁴⁵ Art. 1º, “Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.” BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> . Acesso em: 07 de abr. 2021.

fim último, fortalece a própria democracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou uma proposta para a mitigação/desaparecimento da crise de representatividade e apatia política instaladas na democracia brasileira, estabelecendo um liame teórico – conceituação de termos como democracia e povo – com um liame prático – às atividades de uma associação civil de educação política.

Trabalhando as definições de Müller (2003) para Povo, delimitaram-se dois conceitos trabalhados por aquele autor – “‘Povo’ como povo ativo” – e “‘Povo’ como instância de atribuição de legitimidade” em suas vertentes legitimadora e fiscalizadora.

Assim, ligando os conceitos de Povo ao curso de educação política “Embaixadores”, promovido pela POLITIZE!, demonstrou-se que a crise de representatividade e de apatia política podem ser, mesmo que de forma mínima, mitigadas e, em última instância, pode-se fortalecer a democracia.

Quando os indivíduos se sentem inseridos na tecitura do Estado, de modo a terem seus direitos efetivamente respeitados e suas reivindicações escutadas, pode-se caminhar para uma democracia sólida; mas, para que isso ocorra, o indivíduo deve saber onde e como buscar informações a respeito daqueles direitos e de como sua voz pode ser ouvida.

Assim, o programa “Embaixadores”, representando uma educação política faltante ou insuficiente na estrutura institucional do Estado brasileiro, demonstra ser efetivo na busca da nossa Constituição em ser a Lei Maior do Estado, respeitada e cumprida por todos, especificamente no que diz respeito à efetivação da ideia de democracia para além dos limites da abordagem representativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.ht

m> . Acesso em: 07 de abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 27 jan. 2021.

DELGADO, Daniel Garcia. **Estado-nación y globalización**. Buenos Aires: Ariel, 1998.

Cf. TJ-MG, Apelação cível nº 1.0183.19.002103-4/003, 7ª câmara cível, Rel. Des. Belizário de Lacerda, Dj: 03/12/2019.

EVERITT, Anthony. **A ascensão de Atenas**: a história da maior civilização do mundo. São Paulo: Crítica, 2019.

INGLEHART, Ronald. Democratização em perspectiva global. In: **Opinião Pública**, Campinas, vol.1, nº 1, Julho/Agosto, 1993, p. 09-67.

LASSALE, Ferdinand. **A Essência da Constituição**. Brasília: Lumen Juris, 2004.

MÜLLER, Friedrich. QUEM É O POVO? A questão fundamental da democracia. 3. Ed. São Paulo: Max Limonad, 2003.

PROGRAMA DE EMBAIXADORES POLITIZE!, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/16fbVQISWVu7DTBjAZ_gnkKgtiOQIDVu/view>. Acesso em: 9 jan. 2021.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral. Disponível em: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp>. Acesso em: 27 jan. 2020

WOLKMER, Antonio Carlos. Do paradigma político da representação à democracia participativa. In: **REVISTA SEQÜÊNCIA - ESTUDOS JURÍDICOS E POLÍTICOS**. Publicação do Curso de pós-Graduação em Direito da UFSC. Vol. 22, nº 42, 2001.